

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

DA “CRISE DE 1929” À “CRISE DE 2008”.
REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA EM TORNO DO
CONCEITO DE “ESTADO-PROVIDÊNCIA”¹

João Paulo Avelãs Nunes

¹ Versão actualizada do texto da comunicação apresentada ao Colóquio Internacional “1909-2009: crise e criatividade através da imprensa” (Coimbra, 7 de Outubro de 2009, organização do CEIS20 da UC).

João Paulo Avelás Nunes, Doutorado em História Contemporânea pela UC, Professor Auxiliar do DHAA da FLUC. Investigador Integrado do CEIS20 e Investigador Colaborador do IHC da FCSH/UNL.

Introdução²

Tendo resultado do esforço de um profissional da investigação e do ensino da história para esboçar uma contextualização da actual crise económico-financeira e social de âmbito mundial, europeu e português, o presente texto adopta um registo de ensaio historiográfico. Mais do que analisar monograficamente uma determinada “crise global” — ou seja, financeira e económica, social e ideológica, política e, eventualmente, diplomática e militar —, visa-se comparar a “Crise de 1929” (a “Grande Depressão” que se lhe seguiu) e a “Crise de 2008”, bem como reflectir acerca das correlações que é possível estabelecer entre o conceito de “Estado-Providência” e as conjunturas de “disfunção sistémica” em causa.

Qualidade ou defeito, a análise historiográfica procura encarar todos os fenómenos no âmbito do período em que se inserem mas, simultaneamente, à luz de experiências ocorridas em outras épocas. Parte-se do princípio de que é operatório, por um lado, observar ao mesmo tempo realidades — similares ou divergentes — localizadas em momentos diferentes; por outro, detectar eventuais nexos de causalidade entre os processos considerados. A citada postura seria sobretudo útil quando quase todas as outras leituras aventadas (a partir da economia, da sociologia, do estudo das relações internacionais ou do senso comum) insistem em focalizar a sua atenção no “tempo presente”, apresentado como sendo “radicalmente diferente” das etapas anteriores.

Refere-se, ainda, que a noção teórica de “Estado-Providência” aqui adoptada não se limita ao que habitualmente é designado como as “preocupações sociais” do pós-Segunda Guerra Mundial (ou “modelo social europeu”). Integrou — integra ainda? — sistemas tendencialmente universais de saúde e de “segurança social” (vectores de promoção de “coesão social” mas, também, de eficácia económica), políticas de emprego e de rendimentos/preços, investimentos estruturantes na formação de recursos humanos (investigação científica e tecnológica, ensino e formação profissional, divulgação científica e animação cultural) e em infraestruturas, intervenção directa na e regulação da actividade económica, participação continuada em organizações internacionais e na gestão — mais multilateral do que unilateral — do sistema bipolar de relações internacionais.

O próprio conceito de “crise global” (ou “crise histórica”) hoje utilizado remete para um conjunto multifacetado e cruzado de factores, âmbitos geográficos e segmentos socioprofissionais. Disfunções financeiras graves geram ou ampliam problemas económicos, estagnação económica resulta em dificuldades e conflitos sociais, instabilidade social prolongada e sem horizontes tende a provocar agitação ideológico-política e diplomático-militar, perturbações graves em países centrais afectam a generalidade dos Estados a nível mundial.

Para além do mais, as desigualdades pré-existentes — entre sectores sociais regiões e países — são, por norma, agravadas durante as etapas de “crise global”, o que redundará no aprofundar dos antes referidos vectores de perturbação e confronto. Se, muitas vezes, as conjunturas marcadas por fortes sinais de disfunção resultam da ausência total ou parcial de regulação, a inexistência de estratégias que visem limitar e distribuir paritariamente os sacrifícios e os benefícios acrescidos acarretam

² Cfr., nomeadamente, C.M. Cipolla, 1991; B. Droz, 1988-1993; J.K. Galbraith, 1995; E. Hobsbawm, 1996; J. Joll, 1982; A.S. Nunes, 1970; R. Remond, 1994; N. Valério, 1995.

uma escalada de hostilidade e a precarização de laços de solidariedade e coesão social já de si frágeis ou fragilizados.

A “Crise de 1929” e a “Grande Depressão”³

Desencadeada num período de relativa estabilidade político-diplomática, de crescimento económico e de aprofundamento dos níveis de “integração civilizacional”, a Primeira Grande Guerra (1914-1918) gerou dificuldades novas ou potenciou problemas já antes presentes nos âmbitos nacional, europeu ou mundial. Contraditoriamente, o essencial das elites de quase todos os países e dos segmentos dominantes das “opiniões públicas” respectivas consideraram que, depois do fim do conflito, a própria realidade se encarregaria de “regressar à normalidade” uma vez desmanteladas as “intromissões político-administrativas” exigidas pela confrontação.

Assumindo, em sentido inverso, uma lógica semi-intervencionista, os Tratados que estabeleceram as condições de funcionamento futuro do sistema de relações internacionais consagraram o empenho dos Estados vencedores em manter ou ampliar o seu poderio — as respectivas “zonas de influência” —, em bloquear ou retardar a capacidade de afirmação das “nações inimigas”. Essa evolução ocorreu, para além do mais, sem que o país que emergiu da guerra como nova potência dominante (os EUA) aceitasse desempenhar a equivalente função de liderança; sem que a “vontade dos mais fortes” fosse legitimada e atenuada pela vigência de normas jurídicas e pela actividade de organizações internacionais tendencialmente paritárias (estatuto que a Sociedade das Nações nunca chegou a alcançar).

Face a um tal conjunto de acções e de omissões — às quais se poderiam acrescentar, nomeadamente, a consolidação de um regime comunista na Rússia/URSS; a recusa em negociar a independência das populações e dos territórios tutelados (“colónias, protectorados e mandatos”) —, a partir de 1919 a Europa e o Mundo conheceram, em maior ou menor grau, uma sucessão de momentos de euforia especulativa e de crise, de internacionalização económica e de protecção ou autarcia, de democratização e de radicalização política à esquerda ou à direita, de pacifismo ou apaziguamento e de irredentismo, de massificação e de elitismo, de vanguardismo cultural e de conservadorismo ou tradicionalismo.

Nesta perspectiva, a “Crise de 1929” e a “Grande Depressão” — que se prolongou, na generalidade dos países, até ao desencadear da Segunda Guerra Mundial — dificilmente podem ser encaradas como mera decorrência de “más práticas financeiras” e/ou da “evolução natural” (isto é “inevitável”) dos ciclos económicos. Estariam, pelo contrário, também (ou sobretudo) associadas à recusa em conceber e em adoptar soluções que, nos planos nacional e internacional, ajudassem a superar bloqueios e a aproveitar oportunidades herdadas do período anterior a 1914 ou surgidos a partir do início da Primeira Grande Guerra.

³ Cfr., entre outros, D.H. Aldcroft, 1997; J.L. Cardoso, 2001; C. Gordon, 1994; A.M. Hespanha, 2003; P. Léon, 1982; N.L. Madureira, 2002; A.J.A. Nunes, 2008; R.J. Overy, 1996; F. Rosas, 1986; D. Rothermund, 1996; N. Valério, 1997; M. Winock, 1990.

Mau grado o facto de não terem sido sistematizadas nem concretizadas em escala significativa, diversas propostas surgiram, nas décadas de 1920 e 1930, com o propósito de contestar e de fornecer alternativas às concepções marginalistas e proteccionistas ou corporativistas dominantes. Considerando apenas, teorias científicas e correntes ideológicas que não advogavam a substituição do “modo de produção capitalista”, evocam-se as hipóteses explicativas e as propostas aventadas por John Maynard Keynes, o *New Deal* nos EUA, os programas das Frentes Populares em França e Espanha, as diferentes “experiências reformistas” tentadas na Escandinávia e na Suíça.

Provavelmente, a “Crise de 1929” e a “Grande Depressão” resultaram da não adequação da governação da economia às características e necessidades do “capitalismo monopolista”, da não introdução de modalidades de redistribuição da riqueza — em favor das “classe populares” e dos países ou territórios subdesenvolvidos — que evitassem a periódica desadequação entre oferta e procura de bens e serviços. Decorreram, ainda, das indefinições e obstáculos a um “melhor funcionamento da economia mundial” associados ao modo como foi reestruturado o “sistema de relações internacionais”, do não concretizar de soluções fiscais e outras que viabilizassem o pagamento das dívidas acumuladas durante o conflito de 1914-1918, da adopção de programas nacionalistas e populistas (militaristas e proteccionistas ou autárquicos) em vários países, da escassa intervenção de diversos Estados como reguladores e dinamizadores dos respectivos sistemas financeiros e das respectivas economias.

Pós-Segunda Guerra Mundial e “Estado-Providência”⁴

Constituindo uma das etapas mais violentas e avassaladoras da época contemporânea — da história da humanidade —, o conflito de 1939-1945 gerou, igualmente, um processo inédito de reflexão e de intervenção com o objectivo de garantir uma governação mais multilateral e globalizada da “economia-mundo capitalista” e do sistema de relações internacionais. Desencadeada no ano de 1944, a referida “estratégia genérica” sobreviveu à formalização da “Guerra Fria” e, apesar das alterações entretanto introduzidas, ao colapso (ou à derrota) do “Bloco Soviético”.

Perante a memória e a análise das dificuldades verificadas após 1918, da relação de causa e efeito entre esse conjunto de problemas não resolvidos e a Segunda Guerra Mundial; devido ao peso crescente tanto das organizações político-sindicais e outras de centro/esquerda, como da “ameaça comunista”, as lideranças e os segmentos predominantes das populações dos países capitalistas centrais e semiperiféricos foram optando por políticas substancialmente diferentes das que tinham vigorado até então. Iniciou-se o esforço de implantação e difusão do modelo de “Estado-Providência”, criaram-se organizações internacionais de cariz multilateral e formalmente baseadas no direito.

Na quase totalidade dos Estados capitalistas periféricos, já antes existentes ou tendo alcançado a independência depois da Segunda Guerra Mundial, a realidade assumiu características diferentes. Em resultado da escassez de apoio por parte dos países desenvolvidos, das opções das elites e populações dos “países pobres”, da lógica

⁴ Cfr., nomeadamente, R. Aracil, 1998; V. Bulmer-Thomas, 1994; L.P. Cunha, 2008; A. Gordon, 2003; T. Judt, 2007; P. Léon, 1982; W.J. Macpherson, 1995; A.J.A. Nunes, 2008; M.F. Rollo, 1994; N. Valério, 1997.

de funcionamento da economia-mundo capitalista, as nações em causa não se dotaram desse ripo de regulação, mantendo soluções diferentes do “Estado-Providência” ou utilizando as instituições públicas como instrumentos de apropriação de poder e riqueza em favor das “classes privilegiadas”. Os países subdesenvolvidos que conseguiram tornar-se nações semi-desenvolvidas ou desenvolvidas tenderam, no entanto, a adoptar o figurino do “Estado-Providência”.

Realizada ainda durante o conflito de 1939 a 1945, a Conferência de Bretton Woods — ou Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas — (Julho de 1944) procurou redefinir as condições de funcionamento do sector financeiro e da economia capitalista a nível internacional e nacional. Dinamizada pelos EUA sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt, contou com a presença, entre outras personalidades, do próprio John Maynard Keynes (membro da delegação do Reino Unido). Apesar dos impasses verificados, o Acordo de Bretton Woods esteve na origem da criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento — depois Banco Mundial —, da escolha do dólar como “moeda-padrão” (até 1971), da paulatina e negociada redução dos níveis de “proteccionismo económico”: projecto de uma Organização Internacional do Comércio, assinatura do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (sucessivamente revisto), recente criação da Organização Mundial de Comércio.

Por comparação com a precária existência da Sociedade das Nações (SDN), instituída no seguimento da Primeira Grande Guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) acabou por se revelar uma modalidade de intervenção relativamente estável, que deveria transpor para a escala global algumas das características dos “Estados-Providência” de âmbito nacional. Visou-se criar um espaço permanente de relacionamento multilateral entre todos os países do Mundo, tendencialmente baseado na defesa dos “direitos humanos” e no respeito por “normas jurídicas internacionalmente aceites”. Apesar das limitações decorrentes da “Guerra Fria”, tentou-se debater e promover a aplicação de soluções ou de mecanismos de regulação que abarcavam a generalidade das vertentes de funcionamento das sociedades humanas e não apenas os aspectos político-diplomáticos e militares. Procurou-se intervir em processos tão decisivos como a contenção da “rivalidade bipolar”, a “segunda vaga” de independências, a promoção do desenvolvimento dos Estados periféricos, a atenuação dos níveis de desagregação dos equilíbrios ambientais.

Tornado público em 5 de Junho de 1947 e vigente até 30 de Junho de 1952 (mesmo perante as modificações ocorridas a partir do início da Guerra da Coreia), o “Plano Marshall” — ou European Recovery Program — e a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) foram outros exemplos da vontade de utilizar os aparelhos de Estado como factores potenciadores de crescimento económico, de integração social e de estabilização, quer da hegemonia do “modo de produção capitalista”, quer da “liderança ocidental” do sistema de relações internacionais. Também decorrentes da iniciativa norte-americana e focalizados exclusivamente na Europa, visaram contribuir para a mais rápida superação das dificuldades resultantes da Segunda Guerra Mundial, apoiar a transição da economia dos EUA para a situação de paz, conter o aumento da influência dos partidos e de outras organizações comunistas, diminuir a probabilidade de uma invasão soviética, fomentar a cooperação e reduzir os factores de conflito entre os países europeus da “zona de influência” norte-americana.

Influenciadas por diversos condicionalismos, com destaque para o desfecho da Segunda Guerra Mundial, para as ameaças da “Guerra Fria” e para o sucesso da OECE (inicialmente defendida apenas pelos EUA), a 25 de Março de 1957 seis nações — França e RFA, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo — assinaram o Tratado de Roma e fundaram a Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE). Para além de uma união aduaneira, tratou-se, mesmo que apenas embrionariamente, da primeira etapa de um esforço de integração europeia nos planos económico-social, político-cultural e diplomático-militar.

Em alternativa a anteriores projectos de cariz imperial ou, no mínimo, unilateral, (dinamizados pela Grã-Bretanha, França e EUA ou pela Alemanha e Japão), considerou-se que o desenvolvimento sustentável dependia, entre outros factores, da estruturação de regimes democráticos e do reconhecimento de estatuto similar a todos os países e regiões envolvidos; da cooperação entre Estados reguladores da e intervenientes na economia capitalista, empresas privadas e restante “sociedade civil”; da convergência entre “competitividade económica”, direitos sociolaborais e preocupações de salvaguarda ambiental.

Seria, assim, possível considerar que, do final do conflito de 1939-1945 até ao início da década de 1980, se verificou, nos centros e em muitas da semi-periferias da economia-mundo capitalista, o predomínio da teoria económica keynesiana, do modelo de “Estado-Providência” e do empenho em participar em organizações internacionais de natureza multilateral. Essas escolhas, em parte decorrentes, tanto da afirmação sociocultural e político-ideológica das “classes trabalhadoras”, como da “Guerra Fria”, ajudaram a viabilizar, durante cerca de quarenta anos, a ausência de uma nova confrontação militar de dimensão global, o aumento do número de nações com sistemas políticos democráticos, a menor incidência e gravidade de crises económico-financeiras e sociais, o crescimento da produção de riqueza e do grau de desenvolvimento, a melhoria assinalável das condições de vida das populações, o incremento da coesão social interna e da cooperação externa.

A “Crise de 2008”⁵

Observável, mesmo para leigos, pelo menos desde o Verão de 2008, a crise que hoje atravessamos apresenta similitudes e diferenças por comparação com a “Crise de 1929”. Relativamente às semelhanças, destaque para o facto de o “modo de produção capitalista” ter voltado a abranger a quase totalidade da economia mundial, para a prevalência de uma corrente de pensamento económico neoclássica (o monetarismo); para a relação de causa e efeito entre “especulação bolsista em larga escala”, problemas graves no sistema financeiro e dificuldades económico-sociais generalizadas; para a centralidade dos EUA enquanto espaço de acumulação e de disseminação dos “factores de disfunção”.

Quanto às dissemelhanças, realce para o ampliar dos níveis de integração da economia mundial (ou “globalização”); para a alteração da importância económico-financeira e do poder relativo dos países desenvolvidos, dos países de desenvolvimento intermédio e de alguns dos países em vias de desenvolvimento (nomeadamente a China,

⁵ Cfr., entre outros, J.S. Andrade, 2009; L.P. Cunha, 2008; J.K. Galbraith, 1995; T. Judt, 2011; A.J.A. Nunes, 2008; A.J.A. Nunes, 2011; J. Reis, 2011.

a Índia, o Brasil, a Turquia e outros); para o reforço dos meios de intervenção dos Estados e das organizações internacionais no funcionamento do sistema financeiro, da economia e do tecido social; para o maior volume de informação e de capacidade de análise disponíveis acerca das características e das modalidades de funcionamento das comunidades humanas no espaço e no tempo.

Em resultado de uma progressiva terciarização e financiarização das economias dos países centrais e semiperiféricos, segmentos crescentes, tanto dos capitais disponíveis como dos próprios recursos financeiros de Estados e de empresas (dos sectores primário, secundário e terciário) foram aplicados na especulação bolsista, ou seja, retirados da “economia real” e transferidos para um “jogo virtual” de mera reprodução dos capitais investidos. As “vantagens para todos os envolvidos” eram aparentemente tão grandes que levaram entidades até então credíveis e no essencial estáveis a criar, vender e comprar “produtos financeiros tóxicos”; à anulação das regras de segurança antes estabelecidas ou ao contornar desses mesmos limites por parte de inúmeras organizações privadas e de instituições públicas; à apologia das políticas e das práticas adoptadas ou ao silêncio de muitos especialistas e da maioria dos órgãos de comunicação social.

Algumas das questões que se devem colocar sobre a “Crise de 2008” serão, pois, as seguintes. Como foi possível, em termos financeiros e económicos, repetir muitos dos “comportamentos de risco” adoptados nos anos vinte do século passado? Porque uma nova “crise económica e social global” — pelo menos nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio — se durante décadas (desde o fim da Segunda Guerra Mundial) se evitaram fenómenos com essa magnitude e gravidade? Estamos perante um problema financeiro que afectou o conjunto da economia ou face a disfunções económicas tornadas visíveis e potenciadas por dificuldades de natureza financeira? Outras vertentes da realidade humana — os interesses sociais, as escolhas político-institucionais, a produção e o consumo de cultura e de ciência/tecnologia — são irrelevantes ou significativas, positivas ou negativas para a superação das dificuldades que atravessamos?

Correndo, embora, o risco de ignorar factores importantes, concordaria com as leituras segundo a quais, quer a explicação da “Crise de 2008”, quer as soluções mais operatórias para a mesma derivam da análise de fenómenos como a substituição do keynesianismo pelo monetarismo enquanto escola de pensamento económico mais influente na gestão da economia-mundo capitalista; como as pressões no sentido do dismantelar, parcelar ou integral, dos “Estados-Providência” nacionais; como a limitação da capacidade de regulação económico-financeira e social das organizações internacionais de natureza multilateral; como o adoptar de uma estratégia neoliberal de gestão do processo de “globalização”; como a afirmação de que a vontade de competir para adquirir e utilizar recursos escassos é uma característica indiscutível e uma virtude nuclear do ser humano (encarado como *homo oeconomicus*).

Lançada nos anos setenta do século XX, a ofensiva contra o keynesianismo, o “Estado-Providência” e o aprofundamento negociado do esforço de integração da economia-mundo capitalista alcançou maior intensidade e eficácia após o fim da “Guerra Fria”, decorrente do colapso — ou da derrota — do “Bloco Soviético” no início da década de 1990. Surgida como simples vector de correcção de bloqueios parcelares entretanto identificados nas soluções implementadas após a Segunda Guerra Mundial, conseguiu

obter o apoio da generalidade das forças políticas e das organizações sociais de centro/direita e de centro/esquerda.

Acabou, assim, por redundar na hegemonia do monetarismo, isto é, no regresso a valores e a equilíbrios de interesses similares aos que foram dominantes até à “Crise de 1929” e à “Grande Depressão”. O “Estado-Providência” passou a ser encarado como responsável pela “asfixia da iniciativa privada”, ou seja, pela “diminuição drástica da competitividade” das economias centrais e semi-periféricas. Optou-se por uma “globalização desregulada e neoliberal”, instrumento de redução de direitos (socio-económicos, culturais e ambientais nos países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio) e de afirmação da especulação financeira à escala mundial.

A União Europeia, Portugal e a “Crise de 2008”⁶

Instituída numa conjuntura de “Guerra Fria” e de hegemonia do keynesianismo — resposta ao fracasso do marginalismo na gestão da economia capitalista no pós-Primeira Grande Guerra —, a CEE decorreu do sucesso da OECE e do “Plano Marshall”, tendo estabelecido objectivos e adoptado soluções substancialmente diferentes dos definidos para a European Free Trade Association (EFTA, criada em 1960). Apesar de, na maior parte dos países, continuarem hoje a ser maioritários os mesmos partidos de centro/direita e de centro/esquerda que edificaram os “Estados-Providência”, a UE tem, no entanto, assumido a função de pilar fundamental de afirmação da hegemonia do monetarismo, das correspondentes políticas e práticas económico-financeiras e sociais.

Confrontados com o prolongar das sequelas da “Crise de 2008” e com o aumento do peso relativo das “economias emergentes”, os Governos e as maiorias parlamentares dos países da UE e de outros Estados desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio parecem retomar a ortodoxia monetarista e abandonar as medidas de cariz neo-keynesiano introduzidas a partir de 2009. Ignorando dados empíricos e propostas de análise alternativas acumulados desde a década de 1920 ou dando preferência quase absoluta aos “grandes interesses”, daí tem resultado a diminuição do crescimento económico e o aumento do desemprego, a quebra do poder de compra de parcelas maioritárias das populações e a redução dos “apoios sociais” públicos, a ampliação dramática das dificuldades dos países semi-periféricos e da instabilidade financeira global.

No que concerne à UE, o regresso à hegemonia do monetarismo tem sido acompanhada por uma retórica acerca da “responsabilidade moral” dos incumpridores dos “limites de endividamento”. Segundo esta leitura da realidade, os maiores problemas económicos e financeiros derivariam, afinal, sobretudo nos países da Europa do Sul, dos “insustentáveis gastos públicos”, dos “demasiado elevados” salários e “regalias sociais” dos trabalhadores, do “consumo excessivo” das famílias. Uma tal interpretação justificaria mesmo uma radical alteração do modo de funcionamento da UE, o regresso a discursos e a práticas nacionalistas e “darwinistas sociais”, o intensificar do processo de desmantelamento dos “Estados-Providência”, a imposição de estratégias sucessivas de “ajustamento económico e financeiro”.

⁶ Cfr., entre outros, J.S. Andrade, 2009; T. Judt, 2011; A.J.A. Nunes, 2011; J. Reis, 2011; A.M. Silva, 2010; W.F.V. Vanthoor, 1999.

Aceitando, embora, que alguns dos países da UE concretizaram nas últimas décadas políticas económicas e sociais menos (ou não) sustentáveis, os defensores de concepções neo-keynesianas chamam a atenção para outros factores relevantes. Destacam, também, o facto de as elites nacionais e globais serem as principais beneficiárias de muitas das “escolhas irresponsáveis” realizadas pelo menos desde o início da década de 1990. Evocam, igualmente, as consequências da massiva especulação financeira efectuada em anos recentes com a conivência dos Bancos Centrais e dos Governos; as sequelas das estratégias de desregulação económico-financeira e social, da privatização extensiva de funções públicas, da deslocalização de inúmeras actividades produtivas para Estados periféricos e da financiarização da economia; as implicações da quase ausência de políticas económico-sociais conjuntas por parte da UE.

Enquanto nação que mantém o estatuto de semiperiferia, Portugal ilustraria bem as contradições antes referidas. Tendo um regime democrático e integrando, quer a UE, quer um Mundo globalizado, o nosso país atravessa uma situação de crise profunda que obriga a questionar as opções feitas desde 1986 ou, mesmo, desde 1974. Com algumas semelhanças face ao período da Regeneração (1850/1851 a 1890/1891), o Estado e os agentes económicos privados investiram de forma excessiva nos sectores das obras públicas e da construção civil; continuaram elevados os níveis de corrupção, nepotismo e desigualdade. Não se alterou em escala suficiente tanto a especialização na produção de bens e serviços de baixo valor acrescentado, como a utilização preferencial de força de trabalho pouco qualificada (tendencialmente mal remunerada e com vínculo precário). Verificou-se, ainda, abandono de actividade produtiva, deslocalização de empresas, transferência de capitais da “economia real” para o “universo paralelo” das aplicações financeiras.

Reconhecendo-se validade à caracterização proposta, seria operatório afirmar que a “Crise de 2008” decorreu, em grande parte, da substituição do keynesianismo pelo monetarismo enquanto corrente de pensamento económico dominante, do esforço de desconstrução dos “Estados-Providência” do aprofundar da globalização neoliberal. A superação da actual etapa de disfunção económico-financeira e social nos países centrais e semiperiféricos da economia-mundo capitalista poderia, assim, depender da reimplantação de modalidades de regulação pública e de redistribuição da riqueza à escala nacional e internacional. Adoptar-se-iam, também, políticas que, sem derivas proteccionistas ou autárquicas, incentivassem a estruturação de tecidos económicos nacionais equilibrados (não terciarizados ou financiarizados). Os Estados e as organizações internacionais deveriam poder obter os recursos que lhes permitissem garantir a satisfação de necessidades sociais fundamentais.

Se observarmos o comportamento da UE à luz desta hipótese de interpretação, deparamo-nos, eventualmente, com posturas pró-cíclicas ou, mesmo, causadoras de um agravamento dramático das dificuldades sentidas. Mantém-se a não concretização de soluções económicas e sociais integradas e fomentadoras de crescimento económico/do pleno emprego. Adoptam-se políticas monetaristas e financeiras coerentes com os pressupostos da globalização neoliberal, sinónimo de financiarização e desregulação da economia, de perda de qualidade de vida e de direitos sociais. Regressaram mundividências “darwinistas sociais” e comportamentos nacionalistas, os quais poderão redundar na subversão ou na desagregação da UE, na limitação da respectiva capacidade de afirmação à escala mundial.

Conclusão

Procurou-se neste artigo lembrar o contexto explicativo da “Crise de 1929” e da “Grande Depressão”. Destacou-se, em seguida, o facto de, após a Segunda Guerra Mundial, se terem introduzido nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio da economia-mundo capitalista diversas modalidades de regulação e de redistribuição da riqueza que visaram evitar crises económicas e sociais, radicalização político-ideológica, conflitos diplomáticos e militares. Em acréscimo à memória dos receios, dos sofrimentos e das oportunidades que marcaram as décadas de 1920 a 1940, da capacidade de afirmação das forças políticas e sociais de centro/esquerda e de esquerda, a lógica da “Guerra Fria” contribuiu decisivamente para a adopção das soluções em causa.

A hegemonia do keynesianismo, a estruturação dos “Estados-Providência” e a criação de organizações internacionais com alguma capacidade de intervenção foram os principais vectores de concretização desta nova mundividência. Pelo menos nas nações centrais e semiperiféricas estiveram, igualmente, na origem de melhorias substanciais das condições de vida das populações, de ampliação da riqueza produzida e de maior justiça na sua distribuição, de elevação dos níveis de desenvolvimento. Sobretudo depois da desagregação da “alternativa comunista”, assistiu-se à emergência do monetarismo, ao contestar dos “Estados-Providência” e à intensificação do processo de “globalização neoliberal”.

Implicando o regresso a valores e a políticas semelhantes às que foram dominantes até à Segunda Guerra Mundial, a “época do monetarismo” contribuiu, de forma relevante, para a eclosão da “Crise de 2008”, a qual apresenta inúmeras semelhanças com a “Crise de 1929”. Por sua vez — e mau grado as auto-limitações concretizadas nos últimos anos —, a intervenção dos “Estados-Providência” e das organizações internacionais estará a atenuar algumas das sequelas económico-sociais e político-ideológicas da crise, a tentar evitar que a mesma se transforme numa segunda “Grande Depressão”. Convirá, finalmente, lembrar que, ao contrário do sucedido nas décadas de 1920 e 1930, toda esta evolução tem ocorrido em resultado das opções assumidas em países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio onde vigoram regimes democráticos ou demoliberais.

Enquanto experiência de regulação nacional e internacional construída num período marcado pelo predomínio do keynesianismo, pela “Guerra Fria” e pela eficácia do “Plano Marshall”/da OECE, a CEE/UE começou por resultar na consolidação e na disseminação do modelo de “Estado-Providência”. Contando com um apoio crítico por parte dos sectores da esquerda, o referido processo foi protagonizado pelas correntes de centro/esquerda e de centro/direita. Pelo menos desde o início da década de 1990, essas mesmas forças políticas passaram a governar a economia e as relações sociais de acordo com os pressupostos do monetarismo, o que implica o gradual dismantelar ou a privatização dos vectores dos “Estados-Providência”. A eclosão e o prolongar da “Crise de 2008” podem ser fruto de uma tal evolução, agravada pelo reemergir dos nacionalismos e do unilateralismo no seio da UE.

Documentação e bibliografia

- ALDCROFT, Derek H. – *Studies in the interwar european economy*. Londres: Ashgate, 1997.
- ANDRADE, João Sousa [et. al.] – *A crise financeira internacional*. Coimbra: IUC, 2009.
- ARACIL, Rafael [et. al.] – *El Mundo actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros dias*. 2ª edição. Barcelona: Ediciones Universitat de Barcelona, 1998.
- BULMER-THOMAS, Victor – *The economic history of Latin America since independence*. Cambridge: CUPress, 1994.
- CARDOSO, José Luís – *História do pensamento económico português. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- CIPOLLA, Carlo M. – *Between history and economics. An introduction to economic history* (trad. do italiano). Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- CUNHA, Luís Pedro – *O sistema comercial multilateral e os espaços de integração regional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.
- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony – *História do século XX* (trad. do francês). 4 volumes: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988-1993.
- GALBRAITH, John Kenneth – *Viagem através da economia do nosso século* (trad. do inglês). Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- GORDON, Andrew – *A modern history of Japan from Tokugawa times to the present*. Oxford: OUPress, 2003.
- GORDON, Colin – *New Deals business, labour and politics in America (1920-1935)*: Cambridge: CUPress, 1994.
- HESPANHA, António Manuel – “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidade e rupturas”. *Análise Social*. N.º 165 (Inverno de 2003) p. 1285-1302.
- HOBSBAWM, Eric – *A era dos extremos. História breve do século XX (1914-1991)* (trad. do inglês). Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- JOLL, James – *A Europa desde 1870* (trad. do inglês). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- JUDT, Tony – *Pós-guerra. História da Europa desde 1945* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70, 2007.
- JUDT, Tony – *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70, 2011.
- LÉON, Pierre (dir.) – *História económica e social do Mundo* (trad. do francês). Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982. Vols. V e VI.
- MACPHERSON, W.J. – *The economic development of Japan (1868 -1941)*. Cambridge: CUPress, 1995.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *A economia dos interesses. Portugal entre as guerras*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- NUNES Adérito Sedas – “Questões preliminares sobre as ciências sociais”. *Análise Social*. N.º 30/31 (1970) p. 201-298.
- NUNES, António José Avelãs – *Uma volta ao mundo das ideias económicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- NUNES, António José Avelãs – *Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo*. Coimbra: FDUC, 2011.

- OVERY, Richard J. – *The nazi economic recovery (1932-1938)*. 2ª edição. Cambridge: CUP, 1996.
- REIS, José; RODRIGUES, João (coord.) – *Portugal e a Europa em crise*. Lisboa: Actual, 2011.
- RÉMOND, René – *Introdução a história do nosso tempo* (trad. do francês). Lisboa: Gradiva, 1994.
- ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ROTHERMUND Dietmar – *The global impact of the Great Depression (1929-1939)*. Londres: Routledge, 1996.
- SILVA, António Martins da – *História da unificação europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: IUC, 2010.
- VALÉRIO, Nuno; NUNES, Ana Bela – *O crescimento económico moderno*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- VALÉRIO, Nuno; NUNES, Ana Bela – *História económica mundial contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- VANTHOOR, Win F.V. – *A chronological history of the European Union (1946-1990)*. Londres: Edward Edgar Publishing, 1999.
- WINOCK, Michel (dir.) – *Les années trente. De la crise à la guerre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.